



Suspensão de decreto sobre armas está na pauta do Plenário

Marcos Oliveira/Agência Senado — 28/5/2019



Senado deve votar nesta semana projeto que susta decreto das armas, quatro PECs e proposta popular contra corrupção

Também podem ser votados esta semana o projeto de iniciativa popular que estabelece dez medidas de combate à corrupção e a proposta de emenda à Constituição sobre proteção de dados

O Plenário analisa amanhã o projeto que susta o decreto do governo que flexibiliza o porte de armas. Na sexta-feira, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, afirmou em nota oficial e em sua conta no Twitter estar indignado com as notícias de que senadores estão sendo ameaçados por defenderem a derrubada da norma, editada pelo presidente Jair Bolsonaro.

A pauta do Senado desta semana também traz uma série de propostas de emenda à Constituição. Uma delas trata da proteção

de dados pessoais e outra simplifica a burocracia para microempresas em pequenos municípios. Uma terceira PEC trata da nacionalidade brasileira em casos de naturalização e uma última amplia a fatia dos estados no Orçamento da União.

O Plenário também deve analisar projeto de iniciativa popular com medidas contra a corrupção e textos, que tramitam em regime de urgência, sobre produção e comercialização de queijo artesanal e sobre permanência de construções à margem de estradas. **3**

Comissão vota medida que prorroga contratos do Iphan

A comissão mista vota amanhã o relatório sobre a medida provisória que prorroga até setembro contratos de trabalho do Iphan.

São 143 contratos de profissionais que trabalham em projetos do programa de revitalização de edifícios e sítios históricos. **4**



Coyombé

Mercado Ver o Peso, em Belém, está no PAC Cidades Históricas

Conselho de Comunicação define pauta **2**

Denúncia falsa pode ter pena aumentada **2**

MP da liberdade econômica começa a ser analisada

A comissão mista da MP que institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica será instalada amanhã, a partir das 9h30. Em seguida, o colegiado elege o presidente e o relator que conduzirão os trabalhos.

A declaração estabelece normas de proteção à livre iniciativa e ao livre exercício de atividade econômica. **4**



José Paulo Lucendo/Portal da Indústria

Medida também regula a atuação do Estado em relação ao setor privado



Agência Brasil

Hoje brasileiros no exterior só podem votar para presidente da República

Projeto amplia voto para quem está no exterior

Projeto em análise na Comissão de Constituição e Justiça permite que eleitores que estejam no exterior votem em eleições para governador, senador, deputados federal e estadual. **2**

VOCÊ JÁ PASSOU UMA NOTÍCIA ADIANTE SEM CHECAR SE ERA VERDADE?

Conselho avalia liberdade de imprensa e textos anticrime

Órgão consultivo do Congresso na área de comunicação define hoje quais propostas em tramitação serão analisadas com prioridade e apresenta relatórios sobre projetos já estudados pelo colegiado

O CONSELHO DE Comunicação Social (CCS), órgão consultivo do Congresso, seleciona hoje os projetos de lei em tramitação no Congresso que vai avaliar com prioridade.

Na reunião, que começa às 10h, também devem ser apresentados relatórios sobre temas em discussão no CCS, como o pacote anticrime, composto pelo PL 1.864/2019, com diversas alterações nos códigos Penal e de Processo Penal, pelo PL 1.865/2019, que

tipifica o crime de caixa dois no Código Eleitoral, e pelo PLP 89/2019, que determina que o julgamento de crimes comuns conexos ao processo eleitoral seja realizado pela Justiça comum.

O grupo de profissionais da comunicação deve votar o plano de trabalho do estudo sobre liberdade de imprensa no Brasil pedido pela senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA). Ela entendeu que houve censura quando o ministro

Alexandre de Moraes mandou os sites Crusoé e O Antagonista retirarem do ar reportagens sobre o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli (a decisão foi revogada dias depois).

Também está na pauta o parecer sobre a obrigatoriedade do uso da linguagem brasileira de sinais (Libras) em programas eleitorais, tema do PL 4.537/2012. Estão previstos ainda pareceres sobre outros projetos: direito de resposta (PL 4.336/2016), autorização judicial para entrevistar e fazer imagens de presos (PL 2.021/2015), a inclusão de disciplina sobre a utilização ética das redes sociais no ensino básico (PL 559/2019) e a regulação do mercado de conteúdo audiovisual fornecido por demanda, como Netflix e Hulu (PLS 57/2018).

Foi cancelada a audiência com o diretor-presidente da Empresa Brasil de Comunicação, Alexandre Graziani Júnior, prevista para a reunião de hoje.



Murillo Aragão é presidente do Conselho de Comunicação Social

Atlas da Previdência será apresentado a comissão

O *Atlas da Previdência*, livro do professor da Universidade Federal de Goiás (UFG) Tadeu Arrais, será apresentado e discutido hoje na Comissão de Direitos Humanos (CDH), como parte do ciclo de debates sobre Previdência e trabalho, sugerido pelo presidente da comissão, Paulo Paim (PT-RS).

Publicado em formato digital, o livro contesta o cálculo do déficit previdenciário e faz um panorama sobre como a proposta de reforma da Previdência pode afetar os idosos e, futuramente, os jovens trabalhadores do campo e da cidade no Brasil.

Foram convidados o vice-

presidente de Assuntos Parlamentares da Associação Nacional dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental (Anesp), Vinicius Barile, e o presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), Floriano Martins de Sá Neto.

Texto prevê voto no exterior nas eleições estaduais

O eleitor brasileiro que se encontrar no exterior poderá votar também nas eleições para governadores, senadores, deputados federais, estaduais e distritais. É o que estabelece o PL 3.472/2019, que aguarda o recebimento de emendas na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde será

analisado em decisão final. A proposta, que altera o Código Eleitoral, é do senador Jorginho Mello (PL-SC).

Atualmente os brasileiros que estão no exterior estão autorizados a votar nas eleições para presidente da República, mas não para cargos na esfera estadual ou distrital, destaca

Jorginho Mello.

De acordo com o projeto, o eleitor poderá votar nos candidatos do último ente da Federação onde possuía domicílio eleitoral no Brasil. A proposta estabelece ainda um quantitativo mínimo de 20 eleitores inscritos para que se instale uma seção no local.

No Junho Verde, cúpula do Senado ganha nova cor

Como parte da campanha Junho Verde, em celebração do Dia Mundial do Meio Ambiente (6 de junho), a cúpula do Senado no edifício do Congresso Nacional foi iluminada de verde e ficará assim até o dia 25.

A solicitação partiu do presidente da Comissão de Meio Ambiente (CMA), senador Fabiano Contarato (Rede-ES).

A campanha tem também uma programação extensa ao longo do mês, com de-



bates, audiências públicas, sessões e oficinas com a participação de especialistas em temas como desenvolvimento, sustentabilidade e proteção ao meio ambiente.

— Fizemos uma série de audiências públicas e uma sessão especial para combater os retrocessos e avançar na criação de leis e políticas públicas que reduzam a destruição dos nossos ambientes naturais e combatam as mudanças climáticas — disse Contarato

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



SEGUNDA

CDH Femicídio

9h Debate sobre feminicídio no Brasil. Às 14h, audiência para apresentação do *Atlas da Previdência*.

CCS Pacote anticrime

10h Pacote anticrime está na pauta.

SESSÃO ESPECIAL Eletronorte

10h Comemoração dos 47 anos da Eletronorte.

PLENÁRIO Pronunciamentos

14h Sessão não deliberativa.

TERÇA

CRE Indicado para Unesco

8h30 Sabatina de Santiago Mourão, indicado para a Unesco. Às 10h, debate sobre situação das famílias de vítimas do acidente com a Chapecoense.

CDH Dia do Orgulho Autista

9h Audiência para marcar o Dia do Orgulho Autista.

MP 881/2019 Redução da burocracia

9h30 Eleição de presidente e vice.

CAE Empréstimo para Pernambuco

10h Autorização de empréstimo para Pernambuco. Em seguida, debate sobre conjuntura econômica brasileira.

CCJ Conselho Nacional de Justiça

10h Sabatina de 3 indicados para o CNJ; em seguida, reunião deliberativa.

CMA Desertificação

10h Debate sobre desertificação.

QUARTA

CI Desenvolvimento do Pará

11h Discussão do plano estratégico.

PIBRUM Mineração

13h Comissão ouve mineradores.

CE Fundo para educação básica

14h Debate sobre renovação do Fundeb.

CEPREV Reforma da Previdência

14h30 Audiência com o relator da reforma na comissão especial da Câmara, deputado Samuel Moreira.

CMO Lei de Diretrizes Orçamentárias

14h30 Entre os itens em pauta, o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias.

MP 878/2019 Contratos do Iphan

14h30 Apreciação do relatório.

CDH Mensagens vazadas

9h Audiência com o ministro da Justiça e da Segurança Pública, Sérgio Moro.

CCJ Abertura de capital dos Correios

9h Audiência para debater impactos da abertura de capital dos Correios.

CDR Transportadora de gás

9h Audiência para discutir venda da Transportadora Associada de Gás (TAG).

CAS Reforma da Previdência

10h Audiência com o secretário de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho.

CMO Prestação do contas do SUS

10h Audiência com o ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta.

Previsão atualizada às 18h de sexta-feira pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Bulte
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Plenário deve votar projeto que susta decreto de armas

Também estão na pauta de amanhã várias propostas de emenda à Constituição, entre elas a que garante proteção de dados pessoais e a que simplifica a burocracia fiscal e tributária de pequenos municípios

A ORDEM DO dia de amanhã será aberta com o projeto que susta o decreto do governo que flexibiliza o porte de armas (Decreto 9785, de 2019). O PDL 233/2019 foi aprovado, em conjunto com outras seis propostas com o mesmo objetivo, na quarta-feira pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Segundo o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, foi feito um acordo com as lideranças para que a proposta do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) seja analisada no Plenário nesta semana.

Assinado em maio pelo presidente Jair Bolsonaro (um anterior havia sido publicado em janeiro, mas foi substituído), o decreto autoriza a concessão



Projeto de Randolfe Rodrigues que susta decreto tramita com outros seis

de porte a 20 categorias profissionais e aumenta de 50 para 5 mil o número de munições que o proprietário de arma de fogo pode comprar anualmente.

A pauta do Plenário também traz uma série de propostas de emenda à Constituição. A PEC

17/2019, insere a proteção de dados pessoais de brasileiros e estrangeiros residentes no país, inclusive os disponíveis em meios digitais, no rol das garantias individuais.

A PEC 57/2016 simplifica a burocracia fiscal e tributária em municípios de pequeno porte. A proposta diminui as exigências fiscais e tributárias para pequenas e microempresas, especialmente em cidades menores.

A PEC 6/2018, que elimina a possibilidade de perda automática da nacionalidade brasileira em casos de naturalização, também está na pauta.

Os senadores ainda devem analisar a proposta que amplia a fatia dos estados no Orçamento da União. A PEC 51/2019 aumenta de 21,5% para 26% a parcela da arrecadação dos Impostos de Renda (IR) e sobre Produtos Industrializados (IPI) destinada ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE).

Corrupção

Também está na pauta da semana o projeto de iniciativa popular conhecido como “Dez medidas contra a corrupção”. O PLC 27/2017 tem Rodrigo Pacheco (DEM-MG) como relator.

A pauta ainda traz o projeto que disciplina a produção e a comercialização de queijo artesanal (PLC 122/2018) e o que garante a permanência de construções à margem de estradas (PLC 26/2018). Os dois tramitam em regime de urgência.

Geraldino Magalhães/Agência Senado - 30/5/2019

Calúnias sobre crimes hediondos, como estupro, poderão ter pena aumentada

A denúncia falsa sobre crimes hediondos, como estupro ou latrocínio, deverá ter punição endurecida pelo Código Penal. Um projeto com esse objetivo (PL 3.462/2019) foi apresentado pelo senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) e aguarda parecer do senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Ao justificar a proposição, Flávio Bolsonaro aponta a gravidade de possíveis calúnias balizadas por “argumentos pífios e desprovidos de qualquer fundamentação ou provas, com a única intenção de imputar a prática de crime hediondo à pessoa sabidamente inocente”.

Caso o projeto seja aprovado, a nova redação do Código Penal deverá prever o aumento de um terço até a metade da punição para quem se valer dessa conduta.

Em uma rede social, o senador declarou: “Denúncia caluniosa é crime grave e deve ter punição à altura. Vamos fortalecer as regras”.

Câmara

Projeto com teor parecido foi protocolado na Câmara. O PL 3.369/2019, do deputado Carlos Jordy (PSL-RJ), agrava a pena de denúncia caluniosa de crimes contra a

dignidade sexual. Se o texto for aprovado, pessoas que fizerem acusações mentirosas sobre a prática de estupro, por exemplo, poderão ter a pena aumentada em até um terço.

A proposta foi apresentada no contexto da suposta agressão sexual que o jogador Neymar teria cometido contra a modelo Najila Trindade.

Nas redes sociais, o apelido dado ao projeto — “Lei Neymar da Penha” — tem dividido opiniões. Alguns internautas consideram a alcunha um deboche e uma ofensa ao sobrenome da mulher que deu nome à lei. Outros consideram que “independentemente no nome”, a medida vai ajudar a coibir condutas que podem prejudicar a vida de inocentes.



Para Flávio Bolsonaro, denúncia caluniosa é crime grave

Pedro França/Agência Senado - 26/7/2019



Marcos Oliveira/Agência Senado - 22/5/2019

Davi disse que tomará medidas para a segurança de legisladores

Davi manifesta indignação com ameaças feitas a parlamentares

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, afirmou na sexta-feira, em sua conta do Twitter e em nota oficial, que está indignado com as notícias de que senadores estão sendo ameaçados por defenderem a derrubada do decreto que flexibiliza o porte de armas.

Para Davi, “é no mínimo preocupante” que o direito e o dever do exercício da atividade parlamentar, legitimado pelo voto do povo, “sejam restringidos por meios covardes e, inclusive, de flagrante injustiça e afronta à segurança dos parlamentares”.

O presidente do Senado ainda disse esperar que os que cometem esse tipo de

crime repensem seus atos, que pesam não só contra cada parlamentar, mas contra a própria manifestação democrática.

“Como presidente do Congresso, tomarei as providências necessárias para garantir a proteção e a liberdade de expressão constitucional e política de cada legislador”, declarou.

Randolfe Rodrigues denunciou que recebeu ameaças por telefone e por mensagens no WhatsApp. Ele registrou um boletim de ocorrência na quinta-feira. “Não vão nos intimidar! As ameaças traduzem o desespero das milícias digitais de Bolsonaro”, afirmou o senador pelo Twitter.

Brasil tem bons exemplos na área da educação, diz Confúcio

Confúcio Moura (MDB-RO) criticou na sexta-feira, em Plenário, o desejo dos gestores públicos de importar modelos educacionais de outros países. Para ele, o Brasil é repleto de experiências exitosas, que podem servir como exemplo.

— Em vez de nossos prefeitos e governadores irem à Finlândia, à Suécia, ao Canadá, buscarem método em Singapura, vão a Sobral, vão a Brejo Santo, vão a Novo Horizonte, em São Paulo, vão às cidades pequenas do Brasil, porque os prefeitos estão dando “show” — disse o senador.



Pedro França/Agência Senado

Kajuru cobra pedidos de impeachment contra Gilmar Mendes

Em pronunciamento na sexta-feira, Jorge Kajuru (PSB-GO) disse que a Presidência do Senado precisa colocar em votação no Plenário os pedidos de impeachment do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes. Segundo o senador, há diversos pedidos de afastamento do magistrado, mas, até agora, os parlamentares não foram chamados a se manifestar.

— Vamos aqui recordar Geraldo Brindeiro, do Governo Fernando Henrique Cardoso, que ficou famoso por ser o maior engavetador da história deste país?



Pedro França/Agência Senado

VOCÊ SABE IDENTIFICAR UMA NOTÍCIA FALSA?

Relator apresenta parecer sobre contratos do Iphan

Medida provisória prorroga até setembro 143 contratos de trabalho de funcionários temporários que atuam em programa de revitalização de edifícios e sítios históricos, muitos deles tombados

SENADORES E DEPUTADOS vão analisar amanhã a medida provisória que prorroga contratos de funcionários do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). A reunião da comissão mista está marcada para 14h, quando o relator, deputado Pedro Lucas Fernandes (PTB-MA), vai apresentar seu voto.

O Iphan é uma autarquia vinculada ao Ministério da Cidadania. Serão 143 contratos de servidores temporários a serem estendidos. A prorrogação se aplica a contratos firmados a partir de 2013.

O relator da MP 878/2019 disse que a iniciativa vai permitir que arquitetos, engenheiros, arqueólogos e técnicos em licenciamento ambiental possam continuar atuando em projetos desenvolvidos pelo PAC Cidades Históricas, além de reforçar a missão do instituto “na defesa, promoção e valorização de nosso rico acervo cultural”.

Segundo o relator, o programa, desenvolvido desde 2013, vem revitalizando importantes



Deputado Pedro Lucas Fernandes, relator, e senador Weverton, presidente

sítios históricos, muitos deles tombados, que são considerados Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco.

“Até o presente momento foram contempladas com esse programa 44 cidades de 20 estados brasileiros e aplicados recursos da ordem de R\$ 1,6 bilhão. Já foram concluídas 56 obras, 194 estão em fase de conclusão, 23 em processo de licitação e outras 149 estão com projetos em andamento, perfazendo um total de 422 ações de requalificação urbana que irão impactar a vida dessas cidades”, explica

em seu relatório.

Os funcionários foram contratados por meio de processo seletivo simplificado diante do aumento do volume de trabalho em função do PAC e das ações de licenciamento.

Inicialmente, a MP determinava a prorrogação dos contratos até o dia 28. Mas o relator aceitou emenda, do deputado Marcelo Calero (Cidadania-RJ), sugerindo estender o prazo para até 27 de setembro. A mudança fez a MP se transformar num projeto de lei de conversão. A MP expira em 28 de junho.

Comissão da MP da liberdade econômica será instalada amanhã no Congresso

A comissão mista para apreciar a medida provisória que institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica (MP 881/2019) será instalada amanhã, às 9h30. Na reunião será realizada também a eleição para relator e presidente do colegiado.

A Declaração de Direitos de Liberdade Econômica estabelece normas de proteção à livre iniciativa e ao livre exercício de atividade econômica.

Também institui disposições sobre a atuação do Estado como agente normativo e regulador. A declaração reúne dez direitos para situações concretas, “com objetivo de alterar em caráter emergencial a realidade do Brasil”, segundo a exposição de motivos do governo. O documento será considerado uma norma a ser seguida no direito civil, empresarial, econômico, urbanístico e do trabalho.

Paim elogia relatório de deputados sobre a reforma da Previdência

Paulo Paim (PT-RS) avaliou positivamente o relatório da reforma da Previdência (PEC 6/2019) apresentado na quinta-feira na comissão especial da Câmara dos Deputados. O documento foi elaborado pelo deputado Samuel Moreira (PSDB-SP) e não prevê, como queria o governo, o sistema de capitalização individual.

— Acho que dá para melhorar muito a proposta ainda, mas até o momento, avançou.



Pedro França/Agência Senado

Izalci apoia campanhas para doação de sangue

Na sexta-feira, Dia Mundial do Doador de Sangue, Izalci Lucas (PSDB-DF) disse que os hemocentros de todo o país promovem neste mês campanhas para reforçar a importância de doar. Izalci informou que o governo federal mudou alguns requisitos para aumentar a oferta de sangue doado, como a redução da idade mínima de 18 para 16 anos, desde que com o consentimento dos pais, e o aumento da idade máxima de 67 para 69 anos.



Pedro França/Agência Senado

NOTÍCIA FALSA SE COMBATE COM BOA INFORMAÇÃO.

Procure sempre seguir alguns passos simples para não cair nas fake news:

- Nunca compartilhe antes de ler o texto completo. E não leia apenas o título da matéria.
- Observe se os títulos apelam para o exagero e abusam de recursos visuais, como negrito, letra maiúscula e pontos de exclamação.
- Confira se há erros de ortografia, concordância ou lógica.
- Verifique se a mensagem estimula o compartilhamento rápido, sem pensar.
- Caso você não tenha certeza depois desses cuidados, pode ser fake news. Não passe adiante o boato.

Antes de compartilhar uma notícia duvidosa sobre o Senado, descubra o que o Jornal do Senado tem a dizer sobre o assunto.